



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS AO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL (1960-1980): Espanha, EUA, Portugal e Reino Unido

ALEXANDRA APARECIDA LEITE TOFFANETTO SEABRA EIRAS ¹
ANTONIANA DIAS DEFILIPPO BIGOGNO ²
CARLA FERNANDES CARRILHO ³
VIRGINIA ALVES CARRARA ⁴

RESUMO: Apresentamos parte dos resultados da pesquisa intitulada “Os Movimentos contestatórios no Serviço Social europeu e norte-americano no período de 1960-1980 e o Movimento de Reconceituação no Serviço Social na América Latina” (Espanha, Estados Unidos da América, Portugal e Reino Unido). Ressalta-se a relação entre os movimentos e lutas sociais e as posições contestatórias e críticas ao Serviço Social tradicional em cada país, bem como as interlocuções com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Movimentos Sociais, Lutas Sociais, Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina

ABSTRACT: We present part of the results of the research entitled “Contestatory Movements in European and American Social Work in the period of 1960-1980 and the Movement of Reconceptualization in Social Work in Latin America” (Spain, the United States of America, Portugal and the United Kingdom) . The relationship between social movements and struggles and contestatory positions and criticism of traditional social work in each country is emphasized, as well as the interlocutions with the social work reconceptualization movement in Latin America.

KEYWORDS: Social Work, Social Movements, Social Struggles, Reconceptualization Movement of Social Work in Latin America

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Juiz De Fora

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense/campus Rio Das Ostras

3 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Jiz De Fora

4 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Ouro Preto

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos neste artigo alguns dos resultados da pesquisa denominada **“O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”** finalizada em 2020, que reuniu pesquisadores da América Latina e Europa, projeto financiado pelo Edital Universal CNPq, no período de maio/2017 a maio/2020, com vínculos institucionais em diferentes universidades no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Espanha e Portugal. Além disso, realizamos apontamentos sobre a continuidade da pesquisa tendo como marco os dias atuais.

Destacamos nesta grande pesquisa dois eixos centrais: (i) o Movimento de Reconceituação latino-americano (MRLA); e (ii) os movimentos contestatórios no âmbito do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos, em seu vínculo com os processos sócio-históricos.

O subgrupo de que fazemos parte se deteve no segundo eixo desenvolvendo o projeto *“Os Movimentos contestatórios no Serviço Social europeu e norte-americano no período de 1960-1980 e o Movimento de Reconceituação no Serviço Social na América Latina”*, com destaque para os países Espanha, Estados Unidos da América, Portugal e Reino Unido.

Em vários quadrantes onde o Serviço Social se consolidou, é possível verificar a existência de movimentos contestatórios ao Serviço Social Tradicional⁵, guiados pelo direcionamento crítico ao tradicionalismo da profissão e à sociedade capitalista. Esses processos estão diretamente vinculados aos elementos políticos, econômicos, sociais e culturais diante de ofensivas do capital e da irrupção de contestações por parcelas da classe trabalhadora.

5 "Serviço Social tradicional: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado fatural ineliminável" (NETTO, 1991: nota 5, pag. 118).

Esta pesquisa foi desenvolvida considerando a perspectiva histórica e a apreensão e análise dos processos econômico-sócio-político-culturais aos quais o Serviço Social se vinculou em cada país. Ressalta-se a relação entre os movimentos e lutas sociais e as posições contestatórias e críticas ao Serviço Social Tradicional.

As indagações das quais partimos foram as seguintes: no processo histórico, quais foram as mediações em relação à organização do Estado, das políticas sociais e do Serviço Social, bem como, dos movimentos e lutas sociais no campo progressista e/ou radical que impactaram na profissão? Quais as formulações e elaborações do Serviço Social nesses países no âmbito da profissão? Houve interlocução entre o MRLA e o Serviço Social espanhol, português, britânico e estadunidense? Por quais meios essa interlocução ocorreu?

Ressalta-se que a pesquisa foi realizada por equipes que se dedicaram à análise do Serviço Social em cada país: Espanha, EUA, Portugal e Reino Unido e propiciou a elaboração de artigos que já estão publicados, com repercussão nacional e internacional.

Neste artigo apresentamos os achados desta investigação, agora de modo articulado, o que foi possível a partir dos debates e simpósios realizados no âmbito desta pesquisa que constitui-se em rede.

No item 2 distinguimos a inserção desses países na dinâmica da sociedade capitalista entre o poderio estadunidense e britânico e a inserção periférica de Portugal e Espanha, com a presença de governos ditatoriais. No item 3, ressaltamos os movimentos e lutas sociais que se diferenciam em cada país. Na conclusão, dedicamo-nos a evidenciar a emergência de parcelas de profissionais no âmbito do Serviço Social que, articulados aos processos/movimentos progressistas, elaboram respostas profissionais diferenciadas e críticas ao Serviço Social Tradicional. Ressaltamos ainda, a incorporação de referências teóricas em comum e as movimentações de assistentes sociais entre os continentes latino-americano e europeu, influenciando a formulação de concepções críticas e/ou suscitando reflexões e questionamentos sobre as respostas tradicionais. Ao final apresentamos algumas indicações para a continuidade da pesquisa na atualidade.

2. ESPANHA, PORTUGAL, REINO UNIDO E EUA: INSERÇÃO DISTINTA NA DINÂMICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Em termos históricos o período analisado evidencia o desenvolvimento de processos novos no âmbito da sociabilidade capitalista logo após o término da Segunda Guerra Mundial. A destruição causada pela guerra possibilitou oportunidades de investimento dos EUA na Europa e, ratificando a sua hegemonia no âmbito econômico e militar, este país tornar-se-á o ícone no enfrentamento ao comunismo e ao socialismo frente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Entendemos que a expansão econômica e a bipolarização entre capitalismo e socialismo foram duas condições importantes que possibilitaram e impulsionaram a elaboração das políticas de bem-estar social nos países centrais, enquanto estratégia e freio à expansão comunista-socialista, inclusive em resposta às reivindicações dos trabalhadores, também organizados em sindicatos e partidos de esquerda em seus países, em um período de disputas pela hegemonia entre os dois modos de organização da produção material, em âmbito mundial.

Trata-se de um período de crescimento econômico nos países centrais com histórico desenvolvimento da indústria, até o final da década de 1960, de expansão da produção e do consumo, assentada na organização taylorista-fordista.

Mandel (1982) denominou esse período de “longa onda expansiva” do capitalismo, que começa a se esgotar no início dos anos de 1970, face ao avanço do neoliberalismo e da financeirização do processo de acumulação e Hobsbawn (1995) cunhou a expressão “Era de Ouro do Capitalismo” em referência a este período (SANTOS et al 2020).

Entretanto, de acordo com Braz (2016, p. 39):

Os traços de decrepitude do sistema [capitalista] se acentuaram a partir dos anos 1970, a começar pelo centro. As condições novas abertas pela hegemonia das políticas neoliberais lideradas pelo par Reagan/Thatcher criaram os vetores para o declínio, justamente porque levaram ao máximo a lógica da dinâmica financeira. Foram muitas as turbulências que precederam a crise que irrompeu em 1973 com a alta do petróleo provocada pelo conflito árabe-israelense, que foi na verdade o detonador que condensava as contradições capitalistas que se avolumavam. A ruptura com o padrão de conversão ouro-dólar que vigorava desde Breton Woods fez desabar o sistema internacional de preços, levando à inflação e ao descenso dos investimentos que repercutiram na produção e no consumo e finalmente ao crescimento do desemprego. O resultado foi a tendência de estagflação nas

economias do centro, o que propiciou a emergência das 'soluções' neoliberais em lugar das keynesianas.

Os países no qual desenvolvemos a pesquisa sobre o Serviço Social (Espanha, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos) participam de formas distintas neste processo: EUA e Reino Unido (liderança da Inglaterra) estão no topo hegemônico. Portugal e Espanha, estão na periferia deste processo, não usufruem das condições de desenvolvimento urbano-industrial alcançadas pelos países centrais.

Os Estados Nacionais em cada um desses países desenvolvem-se articulados a esses processos econômicos-sociais e há diferenças significativas. Na Espanha e em Portugal processaram-se ditaduras extremamente violentas, que perduraram no pós-guerra.

Ferreira afirma que no pós-guerra os países da Europa reconstróem-se ao abrigo do Plano Marshall, “renovam ou afirmam sistemas democráticos, privilegiam o desenvolvimento e as condições de vida das populações”. Contudo, “em contramão, Portugal sofria, em ditadura, o agravamento da pobreza e precariedade, os desequilíbrios profundos entre diferentes regiões do país, os efeitos nefastos da ausência de sistemas estatais de referência na saúde e na educação, e a repressão como forma de controle da vida dos cidadãos, que permaneciam sem direitos e sem voz” (FERREIRA, 2021, p.326).

A ditadura fascista em Portugal (1926-1974) foi derrubada por um golpe de estado contra o governo, pelo movimento das forças armadas, a 25 de abril de 1974, o qual ficou conhecido como Revolução dos Cravos.

O processo revolucionário subsequente, de natureza anticapitalista e pelo socialismo, incluía o movimento de ocupação de terras, “a terra a quem a trabalha”, a reforma agrária, a nacionalização da banca e de setores básicos industriais e sofreu a 25 de novembro de 1975 um contra golpe militar, que freou e reverteu parte dessas aspirações. Ainda que tendo preservado o caráter democrático, a tendência socialista e nacionalista foi submetida pela hegemonia dos interesses do capital internacional.

A reestruturação do capitalismo português e sua internacionalização, compaginada pela opção europeia, levaram Portugal a apresentar em 1977 o pedido formal de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), cuja entrada em 1986, vem a consubstanciar o projeto neoliberal.

Por sua vez, as transformações estruturais determinadas pelo neoliberalismo em Espanha, ocorreram em um contexto histórico particular: coincidiram com o período de transição do regime ditatorial franquista que durou quase quarenta anos (1939-1978) à consolidação de um Estado social e democrático de direito, com forma de governo monárquico-parlamentario materializado com a promulgação em 1978, da Constituição Democrática. Esta transição e todo seu processo de consolidação democrática *“no fue modélica: se hizo realmente en términos muy favorables a las fuerzas conservadoras que controlaban los aparatos del Estado dictatorial y gran parte de los medios de información y persuasión”* (NAVARRO, LÓPEZ Y ESPINOSA, 2012, p.38).

A partir dos anos 1960, a Espanha saiu de seu isolamento internacional e entrou em uma etapa de crescimento econômico graças à ajuda e investimentos estrangeiros, o que significou um avanço na modernização do país e importantes mudanças sociais⁶. O processo de industrialização e crescimento do turismo que se deu nesses anos, se produziu, no entanto, com uma notável ausência de planejamento social, o que trouxe um importante desequilíbrio entre as diferentes regiões, com um destacado êxodo da população migrando do campo para as cidades, e isso resultou em um crescimento caótico e desordenado das mesmas, com o surgimento de fenômenos como favelas e os problemas a ela associados (NAVARRO, 1998; SANZ CINTORA, 2001).

Na década de 1970, com a mencionada crise econômica internacional com repercussões na Espanha, no contexto de fim da ditadura e o início da democracia, quando, como recorda Molina Sánchez (1994), há uma série de eventos que resultarão muito significativos no futuro do país: assassinato do então presidente do governo, Carrero Blanco, em 1973, nos últimos anos da ditadura, a restauração da

⁶O Plano de Estabilização de 1959 adotado por Espanha se processa no contexto de esgotamento da política econômica de autarquia da ditadura franquista e dos acordos com os EUA para instalação de bases militares, no bojo da guerra fria (SILVEIRA, R. M; PERRELLO, M. A. O; CARRARA, V. A., 2022 p. 137-151).

monarquia naquele mesmo ano (1975), a aprovação dos partidos políticos, as primeiras eleições democráticas (1977) e o endosso da Constituição Espanhola, em 1978. No campo econômico, por outro lado, a economia espanhola apresenta, durante esses anos, uma situação preocupante com altas taxas de inflação e desemprego, que, embora tenham ocorrido no contexto de uma crise internacional, no caso espanhol se tornaram mais graves devido justamente ao desenvolvimentismo da década anterior, propiciada por um modelo econômico que, como apontaram Martín e Montañés (2001), supôs a criação de indústrias em poucas cidades e nas áreas costeiras, uma grande deterioração ecológica e uma grande desigualdade territorial. No entanto, foi precisamente a concentração industrial, que facilitou o surgimento de organizações de trabalhadores que pretenderam, além de melhorias em suas condições de trabalho, a conquista de liberdades democráticas e acabar com a ditadura de Franco.

Diferente de Portugal e Espanha, na dinâmica sócio-histórica, no início dos anos 1960, EUA e Reino Unido (sob o domínio da Inglaterra) configuram-se como regiões que concentram capital e alto índice de produtividade (trabalho e tecnologia), combinando riqueza e desenvolvimento econômico (agricultura, indústria e serviços), acesso e garantias no emprego, baixos índices de desemprego e pobreza, com acesso aos serviços estatais de qualidade, no âmbito da educação, saúde e previdência, e com estruturas de serviços para a assistência social (SANTOS et al 2020, s/p).

Neste sentido, “constituem o grupo que detém as prerrogativas de deliberação acerca da ordem econômica mundial, e obviamente, o poderio militar capaz de garantir tais deliberações, subordinando países e regiões aos interesses de reprodução do capital” (SANTOS et al 2020, s/p).

Contudo, em território estadunidense, não obstante sua propalada democracia, houve uma dura repressão institucional do Estado ao comunismo e àqueles associados a ele.

No Reino Unido, ainda que aliado ao bloco imperialista, a diferença entre os países também evidencia a relação desigual entre os territórios e as distintas condições de vida dos trabalhadores, expressas em conflitos com o Estado,

inclusive na presença de grupos armados como o IRA. Em território britânico, a repressão ao movimento sindical foi uma das marcas do governo neoliberal de Margaret Thatcher.

No período analisado durante as décadas 1970 e 1980, há um declínio nas taxas de lucro e uma reconfiguração do processo produtivo, associado a ascensão do sistema de financeirização, conquistando trânsito livre para o capital, sem taxações, sem fronteiras entre os países, e maximização da remuneração do capital nas transações no mercado financeiro. (SANTOS et al 2020).

Os índices de desemprego alteram-se no período. Nos EUA a Taxa de Desemprego teve alto recorde de 10,8% em 12/1982, sendo que nas décadas de 1960 e 1970, oscilou em torno de 4 e 8,5%⁷. Contudo, o gráfico do número de pessoas empregadas manteve-se em linha ascendente – 60 milhões (1960) a 100 milhões nesse período até o início dos anos 1990 (SANTOS et al, 2020: s/p). Já no Reino Unido o número de pessoas empregadas era cerca de 24 milhões em 1971 e de 23.630 milhões de pessoas em 04/1983. Assim, a taxa de desemprego variou de 6,16% em 02/1971, com baixo recorde de 3,40% em 12/1973; e alto recorde de 11,90% em 05/1984 (SANTOS et al, 2020: s/p).

O contexto de crise na produção e no desenvolvimento econômico impacta a organização do Estado, sobretudo na retração dos gastos com as políticas sociais, através de ações que vão desmantelando os mecanismos de formação/qualificação dos trabalhadores e de proteção social, expressos nas políticas de previdência e assistência social.

Em síntese, o período (1960 a 1980) foi marcado por processos econômico-sociais em âmbito mundial preponderantes para a eclosão de transformações no Serviço Social.

3. MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS AO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL

As contradições do capitalismo no período em destaque, tornam-se mais densas e profundas e são o “solo” para as transformações no âmbito sociocultural.

⁷Dados citados EUA e Reino Unido, fonte <https://www.ceicdata.com>, acesso em 29 de janeiro de 2020.

Nos EUA, a “Nova Esquerda”⁸ afirmava a necessidade de uma nova forma de movimento que não se prendesse tão somente ao operariado e às questões econômicas, e abordasse os novos problemas que ganharam expressão na análise de intelectuais dos anos de 1950, notadamente na produção da Escola de Frankfurt, como a alienação dos indivíduos na sociedade de massa.

Ao longo da década, sobretudo a partir de 1968, a Nova Esquerda alçou a circulação mundial, e tal expressão passou a designar uma vasta gama de movimentos, distintos e independentes entre si. Entre suas características destacavam-se o questionamento à dominação racial, patriarcal e política, as lutas feministas e contra as formas de opressão, a defesa dos direitos das minorias étnicas, como os negros, sem necessariamente prescindir do entendimento e reconhecimento da exploração de classe no âmbito econômico (SANTOS et al, 2020).

Essa vertente que não se identificava diretamente com o materialismo histórico e que se caracterizava por ser antiautoritária e crítica da burocracia torna-se presente nos mais diversos setores da vida social (Mills, 1962). (SANTOS et al, 2020).

Nos EUA, apesar das sombras conservadoras que caracterizavam o sistema político estadunidense, especialmente após 1969, parte dessa Nova Esquerda vai se posicionando de forma anticapitalista e anti-imperialista (SANTOS et al, 2020).

Nesse contexto, vão emergir as críticas às opressões, ao imperialismo capitalista e a admiração por movimentos de libertação nacional como a Revolução Cubana (Che Guevara) e o movimento de Mao Tsé-tung (China). (SANTOS et al, 2020).

Constata-se que essa vertente e esses movimentos, rapidamente alcançam as esquerdas britânicas e outros países capitalistas avançados. Assim, o “cenário” global da década de 1960 é de revoltas e confrontos contra a opressão, marcado por distintas tensões e conflitos (SANTOS et al, 2020).

Desse modo,

⁸Expressão popularizada nos anos de 1960 pelo sociólogo norte americano C. Wright Mills, 1962.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas por processos organizativos de diferentes segmentos da população estadunidense na defesa de salários e manutenção das condições de vida, bem como na necessidade de ampliação dos gastos sociais com a população excedente, caracterizada pelo sexo e pela dimensão étnico-racial, discriminada na inserção no mercado de trabalho. As manifestações grevistas e as organizações de setores da população excedente marcam esse período. Para O'Connor (1977), “[os] servidores públicos (e os dependentes e clientes do Estado) cada vez mais se dão conta de estar sujeitos à gradual erosão do padrão material de vida, graças às prioridades orçamentárias voltadas para os investimentos sociais, devido à revolta tributária, à inflação e às políticas estatais que visam conter a inflação” (p. 239). Esse fato coloca a possibilidade de alianças entre os trabalhadores do estado, servidores públicos e os “clientes” do estado. O autor menciona essa relação no âmbito da prestação dos serviços sociais e da realização de alianças por parte, sobretudo, dos jovens profissionais com os movimentos dos “clientes”, principais beneficiários dos serviços sociais (EIRAS et al. 2021, p. 397-398).

As lutas e movimentos de esquerda nos EUA e no Reino Unido possibilitaram a vinculação de segmentos do Serviço Social com o campo progressista e influenciaram a formulação e divulgação da vertente conhecida como “Serviço Social Radical”. Neste campo crítico identifica-se a presença de posições anticapitalistas diversificadas, até mesmo de posições revolucionárias e/ou socialistas. Conforme Leonard e Corrigan sugerem “a crise capitalista mais ampla alimenta a crise no Serviço Social” (1978, p.9), referindo-se ao Serviço Social britânico. Portanto, esse é o solo histórico para a emergência de uma vertente crítica/radical, contestatória ao Serviço Social Tradicional (SANTOS et al, 2020: s/p).

Por outro lado, a análise dos contextos de democratização sobretudo em Portugal e Espanha, revela as condições de resistência social que se expressou frente a longos períodos ditatoriais, mas indica, também, as propostas políticas das classes dominantes em preservar o exercício da dominação frente à acumulação capitalista em escala mundial.

Em que pese o período ditatorial em Portugal – entre 1926-1974 – que continha, pela coerção, os movimentos sociais e as organizações de esquerda, o processo urbano-industrial articulado às contradições econômicas, políticas e sociais geraram ao longo dos anos ampla resistência popular. Os conflitos possibilitaram a alteração da correlação de forças, proporcionando que a mobilização social e a capacidade de organização dos trabalhadores confrontassem a dominação burguesa, viabilizando projetos societários de caráter democrático-popular, presentes no processo da revolução dos Cravos no período de 1974 até 1976.

A derrubada da ditadura salazarista, não aconteceu “da noite para o dia”, pelo contrário, observa-se todo um movimento, iniciado a partir dos anos de 1960, influenciado pelo contexto de efervescência social em geopolítica mundial. Cabe lembrar, que todo e qualquer movimento contra a ordem era duramente reprimido, então muitos conviveram, com a ilegalidade, sofreram torturas, exílios, mortes, conviveram com um cenário de extrema pobreza, analfabetismo dentre outras mazelas enfrentadas.

Diante de um cenário internacional efervescente, e a tamanha insatisfação da população, juntamente com uma ainda pequena camada de militares também fadigada com a guerra colonial e com o atraso econômico do país, o repúdio ao salazarismo foi ganhando forças ao longo dos anos, além de denúncias por parte de outros países do terror que a sociedade portuguesa vivenciava.

No que tange ao Serviço Social, os vínculos da profissão com as lutas populares, advieram do acompanhamento da processualidade histórica de seu país. Dessa forma, foi possível identificar no bojo da pesquisa, a inserção de profissionais em partidos políticos de esquerda, em movimentos estudantis, em organizações e entidades de base. Devido às vinculações, muitas assistentes sociais também sofreram na própria pele as duras penas do regime, sendo por vez, perseguidas, demitidas de seus postos trabalho, presas, torturadas - conforme discorre Martins (2017, p.51):

O envolvimento de alguns assistentes sociais manifestou-se nas organizações e ações de resistência dos católicos progressistas contra a guerra colonial, em que se destacou a participação nas Cooperativas Culturais, como a ‘Pragma’ e ‘Confronto’. Registrou-se também a sua participação nas Vigílias pela Paz, na Igreja de S. Domingos (1969) e na Capela do Rato (1972). Na vigília da Capela do Rato, em 1972, foi aprovada uma moção contra a política colonial, repudiando a empreitada belicista portuguesa, seguindo-se uma greve de fome, gesto de solidariedade para com as vítimas da guerra colonial e os povos em luta. A repressão que se seguiu atingiu, entre muitos outros, duas assistentes sociais e a auxiliar social, que foram detidas e alvo de interrogatórios pela PIDE/DGS, processo disciplinar, e demitidas da administração pública: Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila e Maria Gabriela Figueiredo Ferreira.

Martins (2017) afirma que houve a inserção de assistentes sociais na CDE (Comissão Democrática Eleitoral, criada em 1969 em oposição ao regime autoritário) e que é possível demarcar a existência de candidaturas por parte de assistentes sociais em 1969 e em 1973 pela CDE, em diferentes localidades do país. Outras

vinculações também se deram como: em ações nos bairros operários, na luta pelo direito à habitação, em movimentos sindicais e nas ações de resistência contra a guerra colonial. Ademais,

Assistentes sociais, através do seu envolvimento em organizações associadas aos católicos progressistas, ações políticas de oposição e resistência, e sobretudo a partir da organização coletiva sindical dos últimos anos de 1960 e primeiros de 1970, distanciaram-se da legitimidade atribuída pelo fascismo, afirmando o Serviço Social como profissão. Desse modo, os profissionais reconheceram a sua condição de assalariados, aliando-se à luta dos trabalhadores.(MARTINS, 2017, p.53).

Perante ao contexto de ebulição da luta dos trabalhadores, com um cenário cada vez mais acirrado de resistência ao regime autoritário, é possível identificar no Serviço Social a presença de movimentações em prol de alterações substantivas na sociedade portuguesa e no âmbito da profissão. É importante destacar, que este movimento da categoria profissional não era homogêneo, principalmente devido ao temor da repressão.

Na Espanha, durante os anos 1970, com o declínio da ditadura de Franco e em uma sociedade ausente de direitos políticos e sociais, intensificaram-se as lutas pela liberdade e democracia no movimento trabalhista e estudantil. No final desta década, legalizaram-se sindicatos como a Unión General de Trabajadores (U.G.T.) e Comisiones Obreras (CC.OO.), e deve-se lembrar que, com o início da ditadura, apenas o chamado Sindicato Vertical (também denominado como Organização Sindical Espanhola) era a única união legal autorizada na Espanha. Foram precisamente as plataformas sindicais lançadas naqueles anos que criaram creches administradas por Cáritas e onde os assistentes sociais trabalhavam na época em que, como lembra Feu (2005, p.179), "os serviços sociais eram quase inexistentes".

Navarrete (1995: p. 125) enfatiza que o movimento estudantil das décadas de 60 e 70 "se apresenta sobretudo como um movimento anti-Franco". O aumento considerável de estudantes universitários, desses últimos anos, como lembra a autora não significou a incorporação dos filhos dos trabalhadores à universidade, mas formaram também parte importante da mobilização social que lutava contra o regime político vigente, juntamente com os professores e novas formas de ação coletiva e movimentos de bairro (JULIÁN CASANOVA, 2013).

Por sua vez, a situação de vida nos bairros periféricos e favelas das grandes cidades, em sua maioria, sem condições mínimas de habitabilidade e abandonadas pelas autoridades do momento, tornaram-nas o “cenário dos maiores confrontos de classe” (MARTIN e MONTAÑÉS, 2001, p.155), constituindo o solo para o protagonismo das associações de bairro, compostas principalmente por trabalhadores, representando formas alternativas de organização do sistema de poder, liderando importantes mobilizações em diferentes cidades do país, como Madrid, Ferrol, Vitória, Bilbao, em um contexto em que a participação política era proibida fora da ditadura.

4. CONCLUSÃO

A análise histórica com ênfase na relação entre Serviço Social e movimentos contestatórios permitiu apreender as bases que sustentaram as concepções críticas ao Serviço Social tradicional em todos os países. Em Portugal e Espanha, na contestação e oposição às ditaduras e na disputa pelo estado democrático e pela construção de políticas sociais; ainda, em Portugal a pesquisa evidenciou os vínculos de parcela de assistentes sociais com os movimentos sociais progressistas. No Reino Unido e nos EUA destacam-se os movimentos de organização dos trabalhadores sociais e dos usuários, em contestação às investidas para a redução dos serviços, indicativa das ações de cunho neoliberal que se fixariam nesses países. Esse vetor parece ter sido o que mais influenciou nas formulações do Serviço Social Radical (SSR).

Entre os assistentes sociais, no campo crítico, destaca-se a busca pela organização sindical em todos os países analisados, bem como a ênfase na compreensão do profissional na condição de trabalhador assalariado. Por sua vez, esse campo crítico também se expressa de modo bastante heterogêneo, com referências teórico-políticas diversificadas e não alcançou hegemonia nesses países no âmbito da organização profissional dos assistentes sociais.

No Serviço Social português, o “25 de abril de 1974” trouxe a liberdade para dialogar, para a troca de experiências e produção do conhecimento. As

aproximações com a América Latina foram aumentadas nesse primeiro momento (COELHO,2018), essa vinculação aconteceu por diversas maneiras, a saber: circulação de produções bibliográficas em geral; presença de assistentes sociais latino-americanos que foram ao país ministrar cursos, além da interação de exilados políticos.

Cabe destacar, que após o 25 de abril, a qualidade e a quantidade das demandas para o Serviço Social foi alterada, crescendo a necessidade de profissionais da área, haja vista, que a população ansiava por respostas e pela efetivação de seus direitos, e nesse processo, o “velho discurso conservador” não correspondia às demandas e expectativas da população e nem mesmo às inquietações da profissão.

Na Espanha, a profissão foi impactada pelas transformações políticas e econômicas do período investigado, e não ficou ausente das lutas e movimentos contestatórios, especialmente a parcela mais progressista da categoria profissional. A influência mais importante em Espanha do processo da Reconceituação, se produz nas décadas de 1970 aos 1980, e se deu também junto aos os setores mais progressistas, mais politizados da profissão, aqueles comprometidos com os movimentos sociais que lutaram contra o franquismo e que buscaram combinar elementos ideológicos e científicos, desde uma ideia de compromisso profissional com a mudança social, e com a influência das teorias marxistas e revolucionárias da época, comprometidas com uma mudança política, e que chegaram à Espanha através de documentos e literatura profissional da América Latina, em congressos e jornadas, encontros de associações de assistentes sociais e escolas de formação. Evidencia-se, neste período uma crise da profissão, com discussões em torno dos seguintes aspectos como elementos centrais da mesma: assistentes sociais como agente de mudança; a tomada de conscientização da população e a busca por uma metodologia mais integral da intervenção. Mas estas perspectivas profissionais coexistiram com a beneficência e o auxílio social da ditadura franquista, desenvolvidas também por assistentes sociais, e que representam a tensão entre as tendências profissionais da época, destacando-se: uma tendência progressista, mais politizada e comprometida com os movimentos contestatórios, sindicatos e

associações de vizinhos sob proteção de uma parte da igreja católica, principalmente Cáritas; e outra tendência de caráter conservador que defendia um trabalho tecnificado e se destacava por uma orientação psicologizante ancorada na manutenção de práticas beneficentes tradicionais, rechaçando dimensão política da profissão (DOMENECH et al., 1975, p .113; COLOMER, 1990).

Por sua vez, a vertente radical no Serviço Social britânico emergiu na década de 1970 e se apresentou como uma proposta ou abordagem distinta e conscientemente articulada no Serviço Social do Reino Unido, ancorada pela teoria marxista e direção social anticapitalista. O movimento se mostrou contestatório ao Serviço Social Tradicional e permitiu a reflexão sobre os conflitos que permeiam a categoria profissional, com a promoção de debates mais amplos sobre a sociedade capitalista e as raízes dos problemas sociais. Destaca-se que tal vertente investiu ampla energia na organização política sindical dos assistentes sociais, assim como em movimentos sociais anti-armamentistas, feministas, anti-racistas e contra a carestia que passou a atingir a classe trabalhadora após longos anos de estado de bem-estar social (BIGOGNO, 2020).

No que se refere aos amplos processos de questionamento e contestação ao Serviço Social nas diferentes latitudes, não houve correlação direta entre o SSR britânico e o MRLA, ainda que tenhamos identificado que tinham conhecimento dos processos contestatórios que emergiram no Serviço Social na América Latina no mesmo período. A interlocução direta que encontramos foi a partir dos estudos de Paulo Freire que em muito influenciaram a abordagem comunitária no trabalho dos assistentes sociais, numa busca de rompimento com a perspectiva de caso, burocratizada, distante da realidade social, funcionalista e psicologizante (BIGOGNO, 2020).

Conforme Eiras, Santos e Yazbek (2017), a produção do SSR nos EUA indica uma variedade de concepções e, às vezes, divergentes orientações teóricas e políticas, mesmo no campo da esquerda. Elas vão de uma posição política radicalmente revolucionária, tendo como referencial o socialismo marxista, às propostas de reforma do capital, alimentadas pela concepção de retorno ao estado de bem-estar social e/ou de crítica ao neoliberalismo.

No contexto dos EUA, apesar de a alternativa radical dialogar com o movimento sindical e apresentar, como uma de suas tendências, a vertente socialista marxista de cariz revolucionário, a luta pelo socialismo, enquanto disputa concreta de projetos societários no período em destaque (1960-1980), não se fazia presente na sociedade estadunidense. No Serviço Social também não houve prevalência da tendência radical em relação às tradicionais e normalizadoras (EIRAS et al. 2017).

A pesquisa identificou a ocorrência de interlocução com o MRLA, presente no material analisado pelo grupo de Espanha e Portugal, conforme os registros dos eventos, artigos e entrevistas concedidas e, também, pela influência de textos produzidos na América Latina, cujas referências aparecem no material analisado. E, ainda explicitou a referência aos textos de Paulo Freire e sua influência entre determinados grupos de assistentes sociais.

Por outro lado, não encontrou indícios de interlocução direta entre o SSR nos EUA, nem do Reino Unido, com o MRLA, ainda que tenhamos identificado, por exemplo, que o SSR no Reino Unido tivesse conhecimento sobre o movimento. É significativo que as críticas ao Serviço Social Tradicional nos EUA, produzidas pelo SSR, sejam semelhantes às aquelas elaboradas no MRLA (EIRAS, et al. 2017; SANTOS et al. 2020; EIRAS et al. 2021).

Foram evidenciados os seguintes pontos para aprofundamento: a pesquisa não identificou a relação entre o Serviço Social Espanhol-Português no período analisado, sendo importante continuar os estudos verificando essa questão; nem a relação entre a perspectiva crítica em Espanha e Portugal e o SSR (britânico ou estadunidense) no período de 1960-1980. E atualmente, haverá essa influência e/ou interlocução?

Isto posto, é necessário aprofundar o conhecimento sobre o **Serviço Social nesses países, da década de 1970 a 2020**, centrando-se nas lacunas por nós identificadas. Buscaremos ainda, analisar, no período histórico assinalado, os processos no âmbito do padrão de acumulação e de regulação social do capitalismo e as novas mediações desenvolvidas, bem como as expressões de resistência e de lutas sociais e suas repercussões na profissão no passado recente e na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAZ, M. *Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise*. Campinas: Papel Social, 2016.
- BOGOGNO, A. D. D. Serviço Social radical: a experiência do Reino Unido no transcurso dos anos 1970 a 1980. IN: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS C. M. (Orgs). *A História pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- COELHO, K. A. F. P. *A formação profissional em Serviço Social no Brasil e em Portugal: encontros e desencontros*. Londrina, 2018.
- COLOMER I SALMONS, M. Trabajo Social en España en la década de los 70. *Revista Servicios Sociales y Política Social*, núm. 20, pags. 6-12, Trabajo Social en España: situación y perspectivas. Consejo General de Trabajo Social. Madrid. 1990.
- DOMENECH et al. Trabajo Social dentro del proceso de cambio, en: *VI Jornadas de Levante. Revista de Treball Social*, núm.58. Barcelona.1975.
- EIRAS, A. A. L. T. S; SANTOS, C. M; YAZBEK, M. C. Os movimentos contestatórios no Serviço Social ibero europeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 40, v. 15, p. 22-39, 2017.
- EIRAS, A. L. T. S., SANTOS, C. M. e YAZBEK, M. C. Serviço Social radical nos EUA (1960-1980): fundamentos históricos e teórico-políticos IN: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS C. M. (Orgs). *A História pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- FERREIRA, M. E. F. Desenvolvimento Comunitário em Portugal nos anos 1960: que participação e significado do Serviço Social português? IN: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS C. M. (Orgs). *A História pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- FEU CLOSAS, M. La construcción del Trabajo Social en España: influencias de la Reconceptualización, en *Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la Reconceptualización*. Alayón, N. (coord), págs. 177-193. Espacio Editorial. Buenos Aires. 2005.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007
- CASANOVA, J. R. El fin del franquismo. La agonía de una ditadura. *Historia y vida*, 2013.

- MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- MARTINS, A. M. C. Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ. n. 40, v. 15, p. 40-56, 2017.
- MARTÍN RUÍZ, P. Y MONTAÑÉS SERRANO, M. Los cambios en la estructura social y política de España: el papel de los movimientos sociales y su relación con el poder. *Quaderns d'estudi*, nº. 17, págs. 145-168. Barcelona. 2001.
- MOLINA SANCHEZ, M. V. Las Escuelas de Trabajo Social en España. Madrid: *Cuadernos de Trabajo Social*, nº. 3, 1990.
- NAVARRO S. A. L. De la asistencia social al trabajo social en los servicios sociales. *Acciones e investigaciones sociales*, nº.7, pags. 73-96. Zaragoza. 1998.
- NAVARRO, V., LÓPEZ, J. T., & ESPINOSA, A. G. Hay alternativas: propuestas para crear empleo y bienestar en España. España: Editorial Sequitur. 2012. Disponible en: <http://www.vnavarro.org/wp-content/uploads/2011/10/hayalternativas.pdf>
- NAVARRETE, M. L. El movimiento estudiantil en España de 1965 a 1985 In: *Revista Acciones e Investigaciones Sociales*, N.03, Madrid. 1995. pp. 121- 136.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SANTOS, C.M; EIRAS, A; DEFILIPPO, A. YAZBEK, M.C. Movimento de Reconceituação Latino-americano e Serviço Social Radical (1960-1980): aproximações possíveis IN: CRITICAL AND RADICAL SOCIAL WORK, vol. XX, n. XXI-10. Versão em português, publicada em Inglês, na Revista “*Critical and Radical Social Work*”, Policy Press. Bristol University-Reino Unido, ISSN 2049-8608, on line ISSN 20498675. 2020.
- SANZ CINTORA, A. Acción social y Trabajo Social en España: una revisión histórica. *Acciones e investigaciones sociales*, nº 13, págs. 5-42. 2001.
- SILVEIRA, R. M, PERELLÓ, M.A.O, CARRARA, V.A. Revisitando o Passado com vista ao Presente: lutas sociais e Trabajo Social na Espanha nas décadas 1960-1980 IN: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS C. M. (Orgs). *A História pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- SILVEIRA, R. M, PERELLÓ, M.À.O, CARRARA, V.A. Contribuições Críticas aos Debates e Reflexões sobre a Profissão Serviço Social na Espanha na década de 1970, IN: DURIGUETTO, M.L; MOLJO, C; EIRAS, A. *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2022.

,

,